



Regimento da Assembleia de Freguesia da Vila de Arcozelo

(APROVADO EM ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 2014.06.13)

CAPÍTULO I

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Artigo 1º

(Natureza e composição)

- 1- A Assembleia de Freguesia é o órgão deliberativo da Freguesia da Vila de Arcozelo, que visa a prossecução de interesses próprios da sua população.
- 2- A Assembleia de Freguesia é eleita por sufrágio universal, direto e secreto, dos cidadãos eleitores residentes na área da freguesia segundo o sistema de representação proporcional.
- 3- A presente assembleia de freguesia é composta por 9 (nove) membros eleitos.

Artigo 2º

(Convocação, instalação e primeira reunião)

- 1 - O Presidente da assembleia de freguesia cessante procede à convocação dos eleitos para o acto de instalação dos órgãos da autarquia.
- 2- A convocação é feita nos 5 (cinco) dias subsequentes ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais, por meio de edital e por carta com aviso de recepção ou por correio eletrónico adequado ou através de protocolo.
- 3- Na falta de convocação indicado no número anterior, cabe ao cidadão melhor posicionado na lista vencedora das eleições para a assembleia de freguesia proceder à convocatória, nos cinco dias subsequentes ao fim daquele prazo.
- 4- O presidente da assembleia de freguesia cessante ou, na sua falta ou impedimento deste, de entre os presentes, o cidadão melhor posicionado na lista vencedora, procede à instalação da nova assembleia até ao 20º (vigésimo) dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais.
- 5- Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o

documento comprovativo do ato, que é assinado, pelo menos, por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.

6- a verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que justificadamente, hajam faltado ao ato de instalação é feita na primeira reunião do órgão a que compareçam, pelo respetivo presidente.

7- Imediatamente a seguir ao ato de instalação, o cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada ou, na sua falta, ao cidadão sucessivamente melhor posicionado nessa mesma lista, escolhe dois secretários de ocasião e preside interinamente à primeira reunião, para efeitos de eleição, dos vogais da junta de freguesia, bem como para efeitos de eleição da mesa da assembleia de freguesia.

Artigo 3º

(Competências de funcionamento)

1 - Compete à assembleia de freguesia:

- a) Eleger, por voto secreto, os vogais da junta de freguesia;
- b) Eleger, por voto secreto, o presidente e os secretários da mesa;
- c) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- d) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- e) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições da freguesia e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da junta de freguesia;
- f) Solicitar e receber informação, através da mesa, e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para a freguesia e sobre a execução de deliberações anteriores.
- g) Acompanhar e fiscalizar a actividade da junta, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;

2- No exercício das respetivas competências, a assembleia de freguesia é apoiada, sendo caso disso, por trabalhadores dos serviços da freguesia designados pela junta de freguesia.

Artigo 4º

(Competências de apreciação e fiscalização)

1- Compete ainda à assembleia de freguesia, sob proposta da junta de freguesia:

- a) Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;
- b) Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestações de contas;
- c) Autorizar a junta a contrair empréstimos de curto prazo e a proceder a abertura de crédito, nos termos da lei;
- d) Aprovar as taxas e os preços da freguesia - vila e fixar o respetivo valor;
- e) Autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor superior ao limite fixado para a junta de freguesia e definir as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública;
- f) Aprovar os regulamentos externos;
- g) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a junta de freguesia e a câmara municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação;
- h) Autorizar a celebração de protocolos de delegação de tarefas administrativas entre a junta de freguesia e as organizações de moradores;
- i) Autorizar a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da freguesia e se salvguarde a sua utilização pela comunidade local;

- j) Autorizar a freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas;
 - k) Autorizar a freguesia a constituir as associações previstas no título V;
 - l) Autorizar a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza às instituições dedicadas ao desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas legalmente constituídas pelos trabalhadores da freguesia;
 - m) Aprovar o mapa de pessoal dos serviços da freguesia;
 - n) Aprovar a criação e a reorganização dos serviços da freguesia;
 - o) Regular a apascentação de gado, na respetiva área geográfica;
 - p) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras da freguesia e das suas localidades e povoações e proceder à sua publicação no *Diário da República*;
 - q) Verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro ou a meio tempo do presidente da junta de freguesia;
 - r) Autorizar a celebração de protocolos de geminação, amizade, cooperação ou parceria entre freguesias com afinidades, quer ao nível das suas denominações, quer quanto ao órgão da freguesia ou a outras características de índole cultural, económica, histórica ou geográfica.
- 2 — Compete ainda à assembleia de freguesia:
- a) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;
 - b) Estabelecer as normas gerais de administração património da freguesia ou sob sua jurisdição;
 - c) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público da freguesia;
 - d) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditoria executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços da freguesia;

- e) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta de freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia, a qual deve ser enviada ao presidente da mesa da assembleia de freguesia com a antecedência de cinco dias sobre a data de início da sessão;
- f) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
- g) Aprovar referendos locais;
- h) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da junta de freguesia ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
- i) Acompanhar e fiscalizar a atividade da junta de freguesia;
- j) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições da freguesia;
- k) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos com interesse para a freguesia, por sua iniciativa ou após solicitação da junta de freguesia.

3 — Não podem ser alteradas na assembleia de freguesia as propostas apresentadas pela junta de freguesia referidas nas alíneas a), f) e m) do n.º 1, nem os documentos referidos na alínea b) do mesmo número, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia de freguesia.

CAPÍTULO II

Da mesa da assembleia

Artigo 5º

(Composição, forma de eleição e funcionamento)

1- A assembleia de freguesia é composta por um presidente, um 1º secretário e um 2º secretário eleitos em listas uninominais, por voto secreto.

- 2- A mesa interina da assembleia declara o processo eleitoral para a mesa definitiva aberto, por um período de 15 (quinze) minutos, para a receção de listas uninominais para cada um dos cargos, subscritas por qualquer número de membros da assembleia municipal.
- 3- Sem discussão prévia, a mesa interina anuncia as listas apresentadas e atribui-lhes uma letra ou número de ordem com que serão identificadas nos boletins de voto.
- 4- O presidente da mesa interina procede a chamada uninominal dos membros da assembleia, para exercerem o direito de voto.
- 5- Terminada a votação, a mesa interina, auxiliada por um proponente de cada lista, procederá ao escrutínio e contagem dos votos, proclamando de seguida os resultados e anunciando a composição da mesa eleita da assembleia.
- 6- Verificando-se empate na votação, procede-se a nova eleição obrigatoriamente uninominal.
- 7- Se o empate persistir nesta última, e declarado eleito para as funções em causa o cidadão que, de entre os membros empatados, se encontrava melhor posicionado nas listas que os concorrentes integraram na eleição para a assembleia municipal, preferindo sucessivamente a mais votada.
- 8- O presidente da mesa eleito é o presidente da assembleia de freguesia.
- 9- A mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia.
- 10- O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1º O secretário e este pelo 2º secretário.
- 11- Na ausência simultâneo de todos ou da maioria dos membros da mesa, a assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir à reunião.
- 12- No caso previsto no número anterior, estando presente qualquer dos elementos da mesa, este assumirá a presidência.
- 13- Enquanto não for aprovado novo regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado.

Artigo 6º

(Competência da mesa)

1 — Compete à mesa:

- a) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
- b) Deliberar sobre as questões de interpretação e de integração de lacunas do regimento;
- c) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da assembleia de freguesia e da junta de freguesia;
- d) Comunicar à assembleia de freguesia as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer dos seus membros;
- e) Dar conhecimento à assembleia de freguesia do expediente relativo aos assuntos relevantes;
- f) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da assembleia de freguesia;
- g) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia de freguesia;
- h) Exercer as demais competências legais.

2 — O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado pessoalmente ou por via postal.

3 — Das deliberações da mesa cabe recurso para o plenário da assembleia de freguesia.

Artigo 7º

(Competência do presidente e dos secretários)

1 — Compete ao presidente da assembleia de freguesia:

- a) Representar a assembleia de freguesia, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;

- d) Abrir e dirigir os trabalhos, mantendo a disciplina das sessões;
 - e) Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
 - f) Suspender e encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião;
 - g) Comunicar à junta de freguesia as faltas do seu presidente ou do substituto legal às sessões da assembleia de freguesia;
 - h) Comunicar ao Ministério Público as faltas injustificadas dos membros da assembleia de freguesia e da junta de freguesia, quando em número relevante para efeitos legais;
 - i) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pelo regimento ou pela assembleia de freguesia;
 - j) Exercer as demais competências legais.
- 2 — Compete aos secretários, em geral, coadjuvar o presidente da assembleia de freguesia no exercício das suas funções, assegurar o expediente e, na falta de trabalhador designado para o efeito, lavrar as atas das sessões, e nomeadamente:
- a) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como verificar em qualquer momento o quórum e registar as votações;
 - b) Ordenar a matéria a submeter à votação;
 - c) Organizar as inscrições dos membros da Assembleia que pretenderem usar da palavra;
 - d) Servir de escrutinadores;
 - e) Assinar, em caso de delegação do Presidente, a correspondência expedida em nome da Assembleia;
 - f) Tomar a responsabilidade da elaboração das actas das sessões da Assembleia de Freguesia e subscrevê-las, as quais serão também assinadas pelo Presidente.

CAPÍTULO III
Da mesa da assembleia
Dos membros da assembleia de freguesia
Secção I
Do mandato

Artigo 8º

(Duração, natureza e continuidade do mandato)

1. Os membros da assembleia de freguesia são titulares de um único mandato.
2. O mandato dos membros da assembleia de freguesia é de 4 (quatro) anos.
3. Os membros da assembleia de freguesia servem pelo período do mandato e mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos.

Artigo 9º

(Perda do mandato)

- 1- Incorrem em perda de mandato os membros que:
 - a) Sem motivo justificado, não compareçam a 3 sessões ou 6 reuniões seguidas ou 6 sessões ou 12 reuniões interpoladas;
 - b) As faltas têm de ser justificadas perante a mesa, por escrito no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado pessoalmente ou por via postal;
 - c) Se inscrevam em partido diferente naquele pelo qual foram eleitos;
 - d) Incorram, por acção ou omissão, em ilegalidade grave ou numa prática delituosa continuada, verificadas em inspecção, inquérito ou sindicância.
- 2- As decisões de perda de mandato são da competência do Tribunal administrativo de círculo.

Artigo 10º

(Renúncia ao mandato)

1- Os membros eleitos gozam do direito de renúncia ao respetivo mandato a exercer mediante manifestação de vontade apresentada, quer antes quer depois da instalação da assembleia de freguesia.

2- A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao presidente da assembleia, consoante o caso.

3- A substituição do renunciante processa-se de acordo com o disposto no número seguinte.

4- A convocação do membro substituinte compete à entidade referida no n.º 2 e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o ato de instalação ou reunião da assembleia e estiver presente o respetivo substituto, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito de acordo como n.º 2.

5- A falta de membro eleito ao ato de instalação da assembleia, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.

6- O disposto no número anterior aplica-se igualmente, nos seus exatos termos, à falta de substituto, devidamente convocado, ao ato de assunção de funções.

7- A apreciação e a decisão sobre a justificação referida nos números anteriores cabem à própria assembleia e devem ter lugar na primeira reunião que se seguir a apresentação tempestiva da mesma.

Artigo 11º

(suspensão do mandato)

1- Os membros eleitos podem solicitar a suspensão do respetivo mandato.

2- O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao presidente da assembleia e apreciado pelo plenário da assembleia na reunião imediata a sua apresentação.

3. São motivos de suspensão, designadamente:

- a) Doença comprovada;
- b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
- c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 (trinta) dias.

4- A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se, no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo, o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.

5- A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário da assembleia pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.

6- Enquanto durar a suspensão, os membros dos órgãos autárquicos são substituídos nos termos do artigo 13º.

7- A convocação do membro substituto faz-se nos termos do n.º4 do artigo 10º.

Artigo 12º

(Ausência inferior a trinta dias)

1- Os membros da assembleia podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até trinta dias.

2- A substituição obedece ao disposto no artigo seguinte e opera-se mediante simples comunicação, por escrito, dirigida ao presidente da assembleia, até ao início da respetiva sessão, indicando o período em que tal substituição ocorrerá.

3- Se a ausência for comunicada até dez dias antes da data da sessão, o presidente da mesa procederá à convocatória do substituto legal.

Artigo 13º

(Preenchimento das vagas)

1- As vagas ocorridas na assembleia de freguesia são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da

respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.

2- Quando, por aplicação da regra contida na parte final da alínea anterior, se torna impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido o mandato será conferido ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

Artigo 14º

(Cessação da suspensão do mandato)

1 - A cessação da suspensão do mandato poderá ocorrer:

- a) Pelo decurso do período de suspensão;
- b) Pelo regresso antecipado do membro.

2. O regresso antecipado devera ser comunicado por escrito pelo próprio ao presidente da assembleia, com a antecedência mínima de 10 dias relativamente a sessão seguinte.

Artigo 15º

(Impedimentos)

1- Nenhum titular de órgão ou agente da administração pública pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da administração pública nos seguintes casos:

- a) Quando nele tenha interesse, por si, como representante legal ou como gestor de negócios de outra pessoa;
- b) Quando, por si ou como representante de outra pessoa, nele tenha interesse o seu cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou ate ao 2º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;
- c) Quando, por si ou como representante de outra pessoa, tenha interesse em questão semelhante a que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior;
- d) Quando tenha intervindo no procedimento como perito ou mandatário ou haja dado parecer sobre questão a resolver;

- e) Quando tenha intervindo no procedimento como perito ou mandatário o seu cônjuge, parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;
 - f) Quando contra ele, seu cônjuge ou parente em linha reta esteja intentada ação judicial proposta por interessado ou respetivo cônjuge;
 - g) Quando se trate de recurso de decisão proferida por si, ou com a sua intervenção ou proferida por qualquer das pessoas referidas na alínea b) ou com intervenção destas.
2. Excluem-se do disposto no número anterior as intervenções que se traduzam em atos de mero expediente, designadamente atos certificativos.

Artigo 16º

(Alteração da composição da assembleia)

1 - Quando algum dos membros deixar de fazer parte da assembleia de freguesia, por morte, renúncia, perda de mandato ou outra razão, é substituído pelo novo titular do cargo com direito de integrar o órgão conforme os casos.

2 - Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior, e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria legal dos membros da assembleia, o presidente comunica o facto ao Governo Civil responsável pela tutela das autarquias locais, para que este marque, no prazo de máximo de trinta dias, novas eleições.

3 - A nova assembleia de freguesia completa o mandato da anterior.

Secção II

Condições do exercício do mandato

Artigo 17º

(Poderes dos membros)

Constituem poderes dos membros eleitos, a exercer singular ou conjuntamente, nos termos do regimento, designadamente os seguintes:

- a) Participar nas discussões e votações;
- b) Apresentar recomendações, moções, propostas, requerimentos e declarações de voto, bem como fazer pontos de ordem à mesa, pedir e dar esclarecimentos no decurso dos trabalhos da assembleia;
- c) Invocar o regimento, interpelar a mesa e apresentar reclamações, protestos e contraprotestos;
- d) Apresentar votos de louvor, de congratulação ou pesar;
- e) Propor alterações ao regimento;
- f) Solicitar ao órgão executivo da freguesia, através da Mesa e em qualquer momento, as informações e esclarecimentos sobre assuntos de interesse para a freguesia e sobre a execução de deliberações anteriores;
- g) Propor a realização, pelas entidades competentes de inquéritos à actuação dos órgãos da freguesia e seus serviços;
- h) Desempenhar funções específicas na Assembleia;
- i) Recorrer das decisões da Mesa para a Assembleia.

CAPÍTULO IV

Do funcionamento da assembleia

Secção I

Sessões

Artigo 18º

(Sessões ordinárias)

1 - A assembleia de freguesia reúne em quatro sessões ordinárias anuais, em Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias por edital, por correio eletrónico e por carta com aviso de receção ou protocolo.

2. A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril, e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro, salvo o disposto no artigo 61.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 19º

(Sessões extraordinárias)

1 - A assembleia de freguesia reúne em sessão extraordinária por iniciativa da mesa ou após requerimento:

a) Do presidente da junta de freguesia, em cumprimento de deliberação desta;

b) De um terço dos seus membros;

c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral da freguesia equivalente a 30 (trinta) vezes o número de elementos que compõem a assembleia de freguesia, quando aquele número de cidadãos eleitores for igual ou inferior a 5000, ou a 50 vezes, quando for superior.

2- O presidente da assembleia de freguesia, no prazo de 5 (cinco) dias após a iniciativa da mesa ou a receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da assembleia de freguesia.

3 — A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de 3 (três) dias e máximo de 10 (dez) dias após a sua convocação.

4 — Quando o presidente da mesa da assembleia de freguesia não convoque a sessão extraordinária requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, observando, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 3 e promovendo a respetiva publicitação nos locais habituais.

Artigo 20º

(Participação dos eleitores)

1- Nas sessões extraordinárias da assembleia de freguesia convocadas em consequência de requerimento de cidadãos eleitores, representantes destes, até ao limite de 5, têm o direito de participar e intervir, mas sem direito de voto.

2- Os representantes referidos no número anterior podem apresentar sugestões ou propostas, as quais poderão ser votadas, se tal for deliberado pela assembleia de freguesia.

3- As intervenções a que aludem os números anteriores, terão a duração máxima de 60 (sessenta) minutos, cabendo aos referidos representantes a distribuição dos respetivos tempos de intervenção.

Artigo 21º

(Duração das sessões)

As reuniões das sessões não poderão exceder o período de dois dias, ou um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia deliberar o seu prolongamento, até ao dobro das durações referidas.

Artigo 22º

(Continuidade das sessões)

As sessões não podem ser interrompidas, salvo por decisão do Presidente da Assembleia, para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quórum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente da Assembleia assim o determinar.

Artigo 23º

(Período de "antes da ordem do dia")

1 - O período de "antes da ordem do dia" é destinado:

- a) A verificação da identidade e legitimidade de novos membros da assembleia de freguesia;

- b) A apreciação e aprovação da ata da sessão anterior;
 - c) A leitura resumida do expediente e dos pedidos de informação ou de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo das sessões da assembleia;
 - d) A apreciação dos pedidos de suspensão enviados ao presidente da assembleia;
 - e) A apreciação de assuntos de interesse da freguesia relevante e ao tratamento de assuntos relativos a administração da freguesia, nomeadamente para perguntas à junta de freguesia.
 - f) A apresentação de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar sobre assuntos ou personalidades de especial relevo para a freguesia, que sejam propostos por qualquer membro da assembleia ou pela mesa;
 - g) A apresentação de recomendações, propostas ou moções sobre assuntos do interesse da freguesia relevante;
 - h) À votação dos documentos apresentados ao abrigo das alíneas anteriores;
2. O período de «antes da ordem do dia» tem a duração máxima de 60 (sessenta minutos).
3. Cada membro só poderá inscrever-se uma vez para usar da palavra.
4. Após o período despendido ao abrigo do disposto no número 2., a junta de freguesia responderá às interpelações e pedidos de esclarecimento, dispondo para esse efeito de dez (10) minutos.

Artigo 24º

(Período da "ordem do dia")

1. A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:
- a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias;

- b) Oito dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões extraordinárias.
2. A ordem do dia e os documentos de suporte aos assuntos nela incluídos são postos à disposição dos membros da assembleia, até dois dias úteis antes da sessão, na sede da freguesia e no seu portal informático.
3. O período da «ordem do dia» é exclusivamente destinado a matéria constante da convocatória, com exceção de matérias sobre as quais, em sessão ordinária, 2/3 dos membros da assembleia reconheçam a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.
4. A «ordem do dia» e elaborada é distribuída pela mesa da assembleia.
5. A «ordem do dia» não pode ser preterida nem interrompida, a não ser nos casos expressamente previstos no regimento, ou por deliberação da assembleia.
6. A sequência das matérias fixadas para cada sessão pode ser modificada por deliberação da assembleia.
8. O autor de proposta, disporá de 10 (dez) minutos para a expor a assembleia.
9. A apreciação a que se refere a alínea e) do n.º 2 do Artigo 4.º deste regimento constitui o primeiro ponto da «Ordem do dia» e tem a duração máxima assim distribuída:
- a) Intervenção inicial do presidente da junta ou do seu substituto legal, 5 minutos;
 - b) Intervenção dos membros da assembleia, 20 (vinte) minutos;
 - c) Resposta do presidente da junta ou do seu substituto legal, ou do secretário ou tesoureiro, em quem aqueles delegarem para as respostas sectoriais, 5 minutos

Artigo 25º

(Período de intervenção do público)

- 1 - No período de "antes da ordem do dia", após a intervenção dos membros eleitos, há um período destinado à intervenção e esclarecimento público para a apresentação de assuntos de interesse

da freguesia e pedidos de informação ou esclarecimento, e tem a duração máxima de 30 (trinta) minutos.

2- Nesse período, quem desejar intervir deve inscrever-se, através de menção do seu nome, morada e assunto de que vai falar.

3- A intervenção de cada cidadão não poderá ser superior a 5 (cinco) minutos.

5. No caso da junta de freguesia ou algum membro da assembleia desejar prestar informações ou esclarecimentos aos cidadãos intervenientes, será imediatamente aberto um período destinado a este fim por tempo não superior a 15 (quinze) minutos.

Secção II

Reuniões

Artigo 26º

(Quórum)

1- A assembleia de freguesia só pode reunir e deliberar, quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

2- As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, tendo o presidente da assembleia voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

3- Quando a assembleia de freguesia não possa reunir por falta de *quorum*, o presidente designa outro dia para nova sessão ou reunião, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos na lei e no regimento.

4- Das sessões canceladas por falta de *quorum* e elaborada ata na qual se registam as presenças e ausências dos respectivos membros, dando estas lugar a marcação de falta.

Artigo 27º

(Verificação das presenças)

1. A presença dos membros da assembleia será verificada no início e em qualquer outro momento da Reunião, por iniciativa do presidente ou a requerimento de qualquer dos seus membros.

2. A verificação das presenças no início da Reunião é iniciada até 15 (quinze) minutos após a hora indicada na convocatória.

3. Verificada a inexistência de *quorum* no início e em qualquer outro momento da Reunião, decorre um período máximo de 30 (trinta) minutos, para aquele se poder concretizar, findo este prazo, caso persista a falta de *quorum*, o presidente convoca nova reunião, nos termos dos artigos 18º e 19º deste regimento.

SECÇÃO III

Uso da palavra

Artigo 28º

(Do uso da palavra pelos membros da Assembleia de Freguesia)

1 - A palavra é concedida aos membros da Assembleia de Freguesia, para:

- a) Tratar dos assuntos de interesse da freguesia.
- b) Exercer o direito de defesa, em caso de perda do mandato;
- c) Participar nas discussões dos pontos da Ordem do Dia;
- d) Apresentar propostas relacionadas com os assuntos em discussão no período da "Ordem do Dia" e defendê-los após a intervenção de todos os inscritos;
- e) Fazer perguntas;
- f) Invocar o regimento ou interpelar a Mesa;
- g) Fazer requerimentos;
- h) Formular ou responder a pedidos de esclarecimentos;
- i) Reagir contra ofensas à honra ou consideração, ou dar explicações;
- j) Fazer protestos e contraprotestos;
- l) Produzir declarações de voto;
- k) Tudo o mais contido no presente regimento.

2 - A palavra é dada pela ordem de inscrições e, nos restantes casos, com autorização do Presidente da Assembleia.

Artigo 29º

(Do uso da palavra pelos membros do executivo)

1- A palavra é concedida ao presidente da junta ou ao seu substituto legal para:

- a) No período de «antes da ordem do dia», prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, não podendo, em cada intervenção, exceder 3 (três) minutos por pedido de esclarecimento;
 - b) No período da «ordem do dia»:
 - i) Prestar a informação prevista na alínea e) do n.º 2 do Artigo 4º do regimento;
 - ii) Apresentar os documentos submetidos pela junta de freguesia nos termos legais, à apreciação da assembleia;
 - iii) Intervir nas discussões, sem direito a voto;
 - iv) Invocar o regimento ou interpelar a mesa;
 - v) Fazer protestos e contra protestos.
2. A palavra é concedida aos vogais da Junta no período da «ordem do dia» para:
- a) Intervir nos debates, sem direito a voto, com a anuência do presidente da junta ou do substituto legal;
 - b) Reagir contra ofensas a honra ou consideração.

Artigo 30º

(Das intervenções)

- 1 - Durante o período da Ordem de Trabalhos, cada membro inscrito, previamente, poderá usar da palavra até ao máximo de 10 (dez) minutos, por cada intervenção, salvo se a Assembleia, antes do início da discussão proposta, deliberar no sentido de o encurtar.
- 2 - A discussão de cada proposta não poderá ser impedida durante os primeiros dez minutos.
- 3 - É autorizada a todo o tempo, a troca entre quaisquer oradores inscritos.

Artigo 31º

(Fins do uso da palavra)

- 1. Quem solicitar a palavra deve declarar para que fim a pretende.
- 2. Quando o orador se afaste da finalidade, para que lhe foi concedida a palavra, e advertido pelo presidente, que pode retirá-la, se o orador persistir na sua atitude.

Artigo 32º

(Invocação do regimento e interpelação à mesa)

- 1 - O membro da Assembleia que pedir a palavra para invocar o regimento, indica a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito.
- 2 - Os membros da Assembleia podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
- 3 - Não há justificação nem discussão sobre as perguntas dirigidas à Mesa.
- 4 - O uso da palavra para invocar o regimento e interpelar a Mesa não pode exceder 3 (três) minutos.

Artigo 33º

(Propostas de alteração)

- 1 - O uso da palavra para a apresentação ou defesa de propostas limita-se à indicação sucinta do seu objecto e não poderá exceder cinco minutos.
- 2 - O uso da palavra para a sua discussão não poderá exceder 3 (três) minutos para cada membro inscrito.

Artigo 33º

(Uso da palavra no exercício do direito de defesa)

O membro da Assembleia que exercer o direito de defesa, não pode exceder 3 (três) minutos no uso da palavra.

Artigo 34º

(Requerimentos)

- 1 - São considerados requerimentos apenas os pedidos à Mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto, ou ao funcionamento da reunião.
- 2 - Os requerimentos podem ser formulados por escrito, ou oralmente e não são fundamentados.

- 3 - Os requerimentos escritos são imediatamente anunciados pela Mesa.
- 4 - Os requerimentos orais não podem exceder 2 (dois) minutos.
- 5 - Admitido qualquer requerimento pela Mesa, é imediatamente votado sem discussão e sem prejuízo do disposto no artigo 30º.
- 6 - A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.
- 7 - Não são admitidas declarações de voto.

Artigo 35º

(Recursos)

- 1 - Qualquer membro da Assembleia pode recorrer das decisões do Presidente ou das deliberações da Mesa.
- 2 - O membro que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a 3 (três) minutos.
- 3 - Finda a fundamentação, se a houver, é imediatamente votada.
- 4 - Não há lugar a declaração de voto.

Artigo 36º

(Pedidos de esclarecimentos)

- 1 - A palavra, para esclarecimento, limita-se à formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta, sobre a matéria em dúvida enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.
- 2 - Os membros da Assembleia que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se no termo da intervenção que os suscitou, sendo formulados e respondidos de imediato, pela ordem de inscrição.
- 3 - O orador interrogante e o orador respondente dispõem de 3 (três) minutos, por cada intervenção, não podendo, porém, as respostas exceder o tempo global de 6 (seis) minutos.
- 4 - O membro da Assembleia que quiser dar esclarecimentos, procederá, com a devida adaptação, nos termos dos números anteriores.

Artigo 37º

(Reacção contra ofensas à honra ou consideração)

1 - Sempre que alguém considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se desagravar, usar da palavra por tempo não superior a 3 (três) minutos.

2 - O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicação, por tempo não superior a três minutos.

Artigo 38º

(Protestos e contra protestos)

1 - Cada membro da Assembleia poderá, sobre a mesma intervenção, apresentar um único protesto, que não poderá exceder 3 (três) minutos.

2 - Não são admitidos protestos e esclarecimentos (e) a eventuais respostas, bem como a declarações de voto.

3 - Os contra protestos não podem exceder 2 (dois) minutos, por cada protesto, nem 5 (cinco) minutos no total.

Artigo 40º

(Proibição do uso da palavra na votação)

Anunciado o início da votação, nenhum membro da Assembleia pode usar da palavra até à proclamação do resultado da mesma, excepto para apresentar requerimentos respeitantes ao processo de votação.

Artigo 41º

(Declaração de voto)

1 - Cada membro da Assembleia tem direito a produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto, oral ou escrita, esclarecendo o sentido da sua votação.

2 - As declarações de voto escritas podem ser apresentadas até ao final da reunião, se tal desejo for expresso no final da votação, devendo a mesma ser lida antes do encerramento da reunião.

Artigo 42º

(Modo de usar da palavra)

1 - No uso da palavra, o orador dirige-se ao Presidente e à Assembleia.

2 - O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém consideradas interrupções as vozes de concordância, discordância ou análogas.

3 - O orador é advertido pelo Presidente quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo o Presidente retirar-lhe a palavra, se persistir na sua atitude.

4 - O orador pode ser avisado pelo Presidente para resumir as suas considerações, quando se aproximar o termo do tempo regimental.

SECÇÃO IV **DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES**

Artigo 43º (Formas de votação)

1. A votação é nominal, salvo se o regimento estipular ou o órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação.

2. O presidente vota em último lugar.

3. As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida, o órgão delibera sobre a forma da votação.

4. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova

votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão ou reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão ou reunião se repetir o empate.

5. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto e feita pelo presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

6. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.

Artigo 44º

(Revogação, reforma e conversão das deliberações)

As deliberações da Mesa e da Assembleia, bem como as decisões do Presidente, podem ser revogadas, reformadas ou convertidas, nos termos seguintes:

- a) Se não forem constitutivas de direito, em todos os casos e a todo o tempo;
- b) Se forem constitutivas de direito, apenas quando ilegais e dentro do prazo fixado na lei para o recurso contencioso ou até à interposição deste.

SECÇÃO V

DA INTERVENÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA

Artigo 45º

(Participação dos membros da Junta de Freguesia na Assembleia)

1 - A Junta de Freguesia far-se-á representar, obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia, pelo Presidente ou seu substituto legal, que poderá intervir nas discussões, sem direito a voto.

2 - Os Vogais da Junta de Freguesia devem assistir às sessões da Assembleia de Freguesia, podendo ainda intervir, sem direito a voto, nas discussões, a solicitação do Presidente da (Junta de) Freguesia ou do plenário da Assembleia.

CAPÍTULO VI

Publicidade dos trabalhos e dos actos da assembleia de freguesia

Artigo 46º

(Publicidade)

1 - As sessões da assembleia de freguesia são públicas, não podendo ser vedada a entrada de pessoas que a elas queiram assistir.

2. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas.

3. A violação do disposto no número anterior é punida com coima de € 150 a € 750, para cuja aplicação é competente o juiz da comarca, após participação do presidente do respetivo órgão.

Artigo 47º

(Elaboração das Actas)

1 - De cada sessão ou reunião, é lavrada acta, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados e as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada.

2 - As actas serão elaboradas sob responsabilidade do Secretário ou de quem o substituir, que as assinará juntamente com o Presidente e submetidas à aprovação do órgão na reunião seguinte, sem prejuízo do disposto no n.º 4.

3 - Qualquer membro da Assembleia pode justificar o seu voto, nos termos do regimento.

4 - As actas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes.

5 - As certidões das actas devem ser passadas, independentemente de despacho, pelo Secretário ou por quem o substituir, dentro dos oito dias seguintes à entrada do respectivo requerimento, salvo se disserem respeito a facto passado há mais de cinco anos, caso em que o prazo será de quinze dias.

6 - As certidões podem ser substituídas por fotocópias autenticadas.

Artigo 48º

(Entrada em vigor)

1 - O presente regimento entrará em vigor imediatamente após a sua aprovação, devendo ser fornecido um exemplar a cada membro da Assembleia e à Junta de Freguesia e publicado o respectivo edital.

2 - Enquanto não for aprovado novo regimento, continuará em vigor o anteriormente aprovado.

3 - Em tudo o mais, omissos neste regimento, aplicar-se-á a legislação em vigor.

Artigo 49º

(Interpretação)

Compete à Mesa, com recurso para a Assembleia, interpretar o presente regimento e integrar as suas lacunas.

Artigo 50º

(Alterações)

1 - O presente regimento poderá ser alterado pela Assembleia, sob proposta de um mínimo de um terço dos seus membros.

2 - As alterações do regimento devem ser aprovadas pela maioria absoluta do número legal dos membros da Assembleia em efectividade de funções.